

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS. Realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2009, na sede do CMDCA. Presentes 10 conselheiros e 17 convidados, conforme livro de presença. Com a palavra a presidente Sra. Vera Lúcia Alves que deu início aos trabalhos às 18h45, sendo solicitado à leitura da Ata anterior a qual foi aprovada integralmente. O Conselheiro Roberto informou que Conanda está estudando a publicação de uma resolução, que regulamenta a doação direcionada, comentário do Desembargador Siro Darlan como tentativa de normatizar essa operação que vem acontecendo em vários municípios do País. A presidente informou que a comissão de orçamento finanças e fiscalização se reuniu hoje às 14h, a fim de analisar os projetos da Associação Renovar Saúde Criança, Ateliê Oficina Comunitária Arte em Comum, doação da Ampla Energia e Serviços Ltda, no valor de R\$ 7.125,00 para cada entidade, e o Lar de Crianças Nossa Senhora das Graças que recebeu uma doação da FENAE-Corretora de Seguros e Administração/Brasília no valor de R\$ 13.300,00, sendo os mesmos aprovados. Irmã Irma apresentou 2 projetos um da Associação Mantenedora da Creche São José do Itamarati e o outro da Associação da Creche São Francisco de Assis, que visam a continuidade dos projetos que vinham sendo realizados, informado pela Presidente que esses projetos serão financiados pelo Fundo, diferentemente dos que já foram mencionados que são da doação casada. A presidente informou que foi enviado ofício ao Presidente da Câmara Municipal, solicitando apoio a campanha de doação para o Funcria. Com a palavra o conselheiro Roberto informando sobre uns móveis doados a Fundação Educandário Princesa Isabel, pelo Tribunal de Justiça, que estaria à disposição do CMDCA para repasse as entidades. Ficou de agendar dia e hora para irmos ao depósito do Multimix onde estão os móveis, informou ainda que os citados móveis não estão em perfeitas condições, necessitando de reparos. A conselheira Laila apresentou uma listagem de possível doador, essa listagem ficará a disposição de todos no CMDCA. 2º item da pauta: Eleições do Conselho Tutelar – O Conselheiro Maurício informou que o Procurador do Município já tem uma reunião agendada com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para viabilizar a cessão das urnas eletrônicas, A Presidente informou ainda, que tivemos 30 inscrições para eleição do Conselho Tutelar, sendo que 27 deferidos e 3 indeferidos e que o material institucional já está sendo elaborado e que todos os prazos estão sendo cumpridos, a listagem dos posto de votação já estão prontos, sendo a maioria escolas municipais e 2 estaduais. A referida listagem será encaminhada a presidente da Comissão de Eleição para publicação no Diário Oficial do Município. 3º item da pauta: reordenamento dos abrigos – Com a palavra a Vice Presidente Sra. Aparecida Barbosa, informando que foi convidada para uma reunião com o MP e o Juizado da Infância e Juventude, sobre o sistema de proteção, foi sugerido que o sistema de abrigamento fosse

revisito por faixa etária e reorganizado, questão de gênero, não que seja contra abrigo misto conhecer a dinâmica e como seria esse funcionamento, fazendo visitas. A Presidente Sra. Vera Lúcia informa que o Lar de Crianças é o único abrigo misto e que é um grande sofrimento a separação de irmãos e que não vê que este reordenamento vai haver uma melhora, uma vez que as crianças, com relação de outros abrigos estão funcionando de forma razoável. O Conselheiro Roberto informa que estava presente nesta reunião e o que entendeu deste reordenamento seria para um público diferenciado, que não tem chance de adoção e que não é um público para ir para o Lar de Crianças ou outro abrigo qualquer, e sim para um local onde pudesse receber esses adolescentes com vistas ao mercado de trabalho. Aparecida confirma essa necessidade, que já deve ter vindo ao Conselho a informação do encerramento do Cimespa, se o conselho tivesse acompanhado, teria percebido a necessidade de tentativa de uma solução. O Cimespa quer mudar a atividade para sair de abrigo e que tem 10 adolescentes, e o que faremos com esses meninos, com o referido fechamento. Por essas e outras situações temos que repensar a nossa política de atendimento, com relação a faixa etária, a perfil, que nada tem contra a serem mistos é até acha saudável essa convivência. Há uma ação civil pública contra o município para criar algo que seja um sistema de abrigamento do município e que essa dívida esta quase em 1 milhão. O Conselheiro Roberto explica que essa ação pública visa a construção de 2 abrigos um para meninos e outro para meninas, mas que já esta defasado tendo em vista o tempo decorrido.

Sugerir uma comissão participando praticamente, pois não conta nos arquivos a formalização de uma comissão para analisar os abrigos. Não podemos deixar de começar a resolver o problema, e estamos caminhando nesse sentido com um acordo muito tranquilo, criar um trabalho com menores em regime de internação. Roberto fala que um adolescente compareceu em uma audiência no MP para prestar depoimento completamente drogado, e não temos em nosso município um local para internação desse adolescente. Com a palavra Irmã Irmã falando que não adianta trabalhar uma criança pequena, pois quando chega aos 7 até 12 anos ou até antes já está envolvido com drogas, por total falta de políticas públicas, que os proporcione um horizonte melhor, saem da escola e não tem o que fazer depois. O conselheiro Roberto frizou que tem uma dúvida com alguns questionamentos, não desmerecendo a inteligência de ninguém, todos compreende o que é a função de conselheiro, a casa de acolhida está fechada e eu não sabia que era de nossa responsabilidade, sugerindo que nós façamos uma capacitação de qual é o papel do conselho, qual é nossa responsabilidade, e passei certa vergonha, pois a secretária foi questionada sobre a casa da acolhida e ela falou pergunte ao Roberto que é conselheiro do CMDCA, fiquei envergonhado por não ter ciência de tal fato. A Sra. Aparecida Barbosa informou que dignamente o Roberto trouxe o problema para si, e reconhece o trabalho do conselho, numa situação de desabrigados da chuvas, e informei a D.Vera o que ela achava de colocar os desabrigado na casa da acolhida, uma vez que estava vazia. Com o passar do tempo detectei realmente o que estava acontecendo, através de alguns adolescentes que estavam

retornando do Natal/Ano Novo e férias para a casa. A casa não foi criada para abrigo e sim para passagem para assegurar a garantia de direitos. A administração da casa era feita pela Fundação Fé Alegria, que apresentou um relatório onde percebeu a mudança de filosofia dos trabalhos, onde o contrato foi encerrado, sendo todos os funcionários demitidos. Estranha esses relatórios não ter sido passados para o CMDCA, jamais o Município poderia fazer um contrato de coogestão sem passar pelo Conselho. Como resolver os problemas dos adolescentes que estavam na casa. Pois é o conselho que é o responsável pela casa. Com a palavra D. Vera, informa que quando a Secretária ligou foi para perguntar que achava, de se colocar os desabrigados na casa, não vendo nenhum impedimento, por uma questão humanitária de não separar as crianças de seus familiares, que seria uma coisa rápida por poucos dias, concordei por solidariedade, foi surpreendida por uma cobrança da Promotora em uma reunião, sobre o fechamento da casa, e a situação das crianças, o que foi muito desagradável, e assumi junto a Promotora de apurar responsabilidades, tendo enviado ofícios as secretarias de fazenda, administração e de trabalho e assistência social, solicitando esclarecimentos sobre a matéria. Irmã Irmã pediu a palavra informando que o assunto nunca foi trazido para discussão no conselho, nos últimos 5 anos. Ficou decidido por uma comissão para analisar a situação da casa, sendo esta formada, por Roberto, Vera Lúcia, Carlos Guimarães e Marilza. Sendo solicitado a formação da comissão de acompanhamento dos abrigos. Sugerido pela Vice Presidente que a casa da acolhida fosse adequada para o programa família acolhedora, e que o anexo poderia ser casa de passagem, com a ajuda do CREAS para a recuperação dos jovens. Foi informado que seria feito um levantamento pelo departamento de obras da PMP no imóvel que pertence ao Lar de Crianças e que poderia ser usado em um desses novos programas. Nada havendo a tratar, a Presidente, Vera Lúcia, encerrou a presente reunião às 20h40, desejando a todos os presentes uma boa noite.

Vera Lúcia Alves
Presidente

Aparecida Barbosa da Silva
Vice-presidente

Rosângela Machado de Aquino Correa
-Secretária-